



“A FILHA MAIS VELHA”: DISCURSOS SOBRE CUIDADO, INFÂNCIA E GÊNERO E RAÇA

Samia Rafaela Sales Rodrigues¹

Laize Oliveira Silva²

Glória França³

Introdução

O presente trabalho se constrói a partir da análise da formulação “pare de criar meninas que precisam cuidar de todo mundo: elas são só meninas”, buscando compreender como os discursos que se projetam em torno da figura da filha mais velha são determinados por sentidos de gênero, raça, classe, infância e cuidado. Ao tratarmos da categoria “meninas”, é importante considerar que ela não se apresenta de forma homogênea no tecido social. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019), o trabalho infantil doméstico no Brasil possui recorte definido: 85% das crianças nessa condição são meninas, 70% delas negras e inseridas em domicílios com renda per capita de até um salário-mínimo. Esses números permitem identificar que a responsabilização pelo cuidado e pelas tarefas domésticas recai, majoritariamente, sobre meninas negras e pobres, compondo o interdiscurso que atravessa e silencia-se na formulação analisada.

Além dos dados quantitativos, circulam também discursos institucionais que tornam visível essa realidade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de campanhas de sensibilização divulgadas nas redes sociais, aponta o trabalho infantil doméstico como uma forma de exploração marcada por gênero, raça e classe. Em vídeo veiculado em suas plataformas digitais⁴, a instituição apresenta relatos e situações que associam a naturalização do cuidado feminino à inserção precoce de meninas, sobretudo negras e pobres, em atividades domésticas não remuneradas, reforçando a dimensão desigual dessa prática. Tal circulação também faz parte do interdiscurso que se silencia na formulação “meninas”, funcionando como pano de fundo histórico e social que determina sentidos sobre quem cuida e quem é cuidado.

Partimos, assim, da análise de uma materialidade discursiva postada na rede social *Instagram* da conta *@contente.vc* (figura 1), compreendida como acontecimento discursivo que convoca a memória discursiva e tensiona discursos sobre gênero, infância e responsabilização.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Letras – PGLETRAS – da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq). E-mail: samia.rafaela@discente.ufma.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/186954955577664>.

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Letras – PPGLB – da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq). E-mail: laize.os@discente.ufma.br.

³ Professora adjunta no Departamento de Letras/UFMA e no Programa de Pós-Graduação em Letras/UFMA Bacabal. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq). E-mail: gloria.franca@ufma.br. Membro do grupo de pesquisa “Mulheres em Discurso”, IEL/Unicamp.

⁴ Vídeo institucional da OIT sobre trabalho infantil e proteção social. Disponível em: facebook.com/oitbrasil/videos/634323755568551/. Acesso em: 21 nov. 2025.



Figura 1 – Comentário de *Instagram*



Fonte: Instagram @contente.vc

Justifica-se a escolha dessa temática pela recorrência, nas redes sociais, de enunciados que interpelam a infância feminina a partir da lógica do cuidado, ressoando sentidos naturalizados sobre o lugar da mulher desde a infância. Além disso, a investigação se alinha às pesquisas sobre gênero, raça e classe desenvolvidas por França no âmbito do GEPEDIS/CNPq e às dissertações de mestrado atualmente produzidas pelas autoras⁵, fortalecendo a continuidade das discussões teórico-metodológicas do grupo e contribuindo para aprofundar os debates sobre cuidado, infância, e processos de subjetivação.

Em 2023, a formulação “síndrome da filha mais velha” circulou de modo massivo⁶ na plataforma TikTok por meio da *trend*⁷, em inglês, correspondente, *#EldestDaughterSyndrome*, na qual adolescentes, sobretudo meninas, denunciavam a sobrecarga emocional e prática de trabalho não remunerado que recai sobre elas em seus contextos familiares. No entanto, essa circulação inicial ocorre em um contexto sócio-histórico e econômico distinto, ligado majoritariamente à realidade norte-americana, sendo posteriormente apropriada e ressignificada no português brasileiro, em interações digitais que mobilizam outras condições de produção e outras materialidades.⁸ Nesses discursos, a responsabilização precoce da filha mais velha, frequentemente pertencente às classes de baixo poder aquisitivo, aparece como uma injustiça silenciada, com efeitos negativos sobre sua saúde mental, bem-estar e autonomia. É importante salientar, contudo, que,

⁵ Projeto PVCHU3419-2023 - CULTURA, MEMÓRIA E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: leituras materialistas, interseccionais e decoloniais; dissertações de mestrado em desenvolvimento: MEMÓRIA E POSIÇÕES-SUJEITO: os sentidos do trabalho de cuidado no Enem 2023 e DOCUMENTÁRIO COMO ACONTECIMENTO: raça, gênero e os sentidos do amor e afetividade em vozes negras.

⁶ No contexto anglófono, a formulação já circulava amplamente, tendo sido popularizada por criadoras de conteúdo e profissionais da área de saúde mental. Publicado pela terapeuta Katie Morton, vídeo ultrapassa 567 mil curtidas, 95 mil compartilhamentos e mais de seis mil comentários, indicando a ampla repercussão do termo no espaço digital. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSfSTqUT1/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

⁷ A palavra *trend* vem do inglês e significa tendência. Nas redes sociais, ela é usada para se referir a qualquer conteúdo que está em alta. Oficialmente, esse termo não faz parte dos dicionários da língua portuguesa, no entanto seu uso já está popularizado na cultura digital brasileira.

⁸ Necessita-se de desenvolvimento analítico mais amplo, dada a especificidade das condições sócio-históricas que atravessam a circulação da formulação em língua inglesa. Contudo, neste recorte, interessa-nos observar os deslocamentos de sentido produzidos na apropriação dessa *trend* no contexto brasileiro, especialmente no que concerne à interpelação da infância feminina pela lógica do cuidado.



embora o mote da formulação circule inicialmente em outro contexto sócio-histórico, sua apropriação no Brasil se articula a uma formação social marcada por profundas desigualdades de gênero, raça e classe, nas quais o trabalho doméstico e o cuidado são historicamente atribuídos às mulheres e, de modo ainda mais intenso, às meninas negras e pobres.

Nessas condições de produção, este trabalho tem como objetivos: (a) analisar os efeitos de sentido produzidos por discursos que associam a infância feminina ao cuidado; (b) identificar a memória discursiva por meio dos pré-construídos de gênero e/ou raça que vinculam a feminilidade ao cuidado, examinando os modos pelos quais essa associação promove a adultização precoce das meninas e silencia seu direito à infância; (c) problematizar o silenciamento da infância feminina, com ênfase nos efeitos desses discursos sobre o direito ao brincar, ao autocuidado e à vivência plena da infância.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta investigação ancora-se na Análise de Discurso de orientação materialista, mobilizando as noções de posição-sujeito, memória discursiva e silêncio, conforme formuladas por Michel Pêcheux (1969, 1975, 1983) e Eni Orlandi (1997, 2012). A materialidade discursiva analisada é compreendida como acontecimento discursivo que, ao circular nas redes, atualiza sentidos naturalizados sobre o lugar da menina na família, inscritos na memória discursiva por meio de pré-construídos que reiteram a divisão tradicional de papéis de gênero, raça e classe. O corpus foi delimitado a partir da captura de tela da publicação, da qual recortamos duas sequências discursivas que orientam a análise: primeira sequência discursiva (SD1), “pare de criar meninas que precisam cuidar de todo mundo”, instaura um gesto de interpretação que se ancora na memória discursiva sobre os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres no espaço doméstico, mobilizando já um movimento de contraidentificação ao recusar esse lugar naturalizado. Gesto que se sustenta pelo interdiscurso, que permite identificar a heterogeneidade histórica da divisão do trabalho de cuidado no Brasil: se, por um lado, sentidos estabilizados associam o ser menina ao cuidado com os outros, por outro, esses sentidos foram produzidos de modo desigual, especialmente a partir da colonização, quando às mulheres negras era imposto trabalho de limpar, ninar e amamentar os filhos das mulheres brancas (Chaves; Cestari; França, 2023). Em “elas são só meninas” (SD2), desloca-se sentidos sobre a função da filha mais velha na estrutura familiar, abrindo espaço para a denúncia da responsabilização precoce, que se articula à memória discursiva do trabalho infantil doméstico no Brasil, já marcada por desigualdades, o que materializa que a negação da infância não se limita ao plano discursivo, mas encontra materialidade histórica nas condições de produção que sustentam esse enunciado.

A posição-sujeito que emerge nesse gesto se constitui na contramão dos pré-construídos que associam ser menina à obrigação de cuidar e se filia a uma memória discursiva que reivindica a infância como tempo de direitos, inscrita em discursos que, no contexto brasileiro, passam a circular institucionalmente a partir de formulações jurídicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que assegura o direito ao brincar, à proteção e à não exploração do trabalho infantil, e inscreve a criança como sujeito de direitos. Essa memória discursiva, contudo, convive com sentidos sedimentados que naturalizam o trabalho infantil doméstico realizado por meninas negras de camadas empobrecidas, frequentemente representado como “ajuda” ou “brincadeira”. Lélia Gonzalez (2020, p. 174), ao narrar a trajetória de uma menina negra que, “quase



tão criança quanto às crianças de quem cuidava”, era responsável por dar banho, alimentar e cuidar dos filhos da patroa, materializa como o cuidado imposto às meninas se inscreve em práticas que negam a infância e produzem responsabilização precoce. Ao mesmo tempo, a autora expõe as violências simbólicas e sexuais que atravessam essa posição, como quando a menina é devolvida à família e culpabilizada após sofrer assédio do irmão da patroa, o que permite observar a articulação entre exploração, racismo e culpabilização feminina.

Da “menina que cuida” à “só menina”: deslocamentos discursivos

A noção de posição-sujeito, central na Análise de Discurso de orientação materialista, permite compreender que o sujeito não é fonte original do dizer, mas efeito das formações discursivas que o interpelam. Conforme formulado por Orlandi (2017) a partir de Pêcheux (1969, 1975), a posição-sujeito se constitui na relação entre língua, história e ideologia, isto é, no modo como determinados sentidos se tornam possíveis e outros se silenciam no interior de uma formação discursiva. Nesse quadro, “a filha mais velha” não designa uma identidade psicológica, mas uma posição discursiva que emerge da relação entre discursos de gênero, raça, classe, infância e cuidado.

Não se trata, portanto, de compreender a sobrecarga da filha mais velha como característica individual, mas como efeito da interpelação ideológica que produz a menina como sujeito do cuidado desde a infância, a qual se materializa em enunciados do cotidiano familiar, como em “ela é uma boa menina, me ajuda em tudo”, “ela é a mais velha, precisa dar o exemplo”, bem como em práticas sociais que distribuem desigualmente o trabalho doméstico e o cuidado entre meninas e meninos. Em contraste, circulam para os meninos formulações como “ele é só um menino”, “isso não é coisa de menino” – que os isentam do cuidado –, “deixa, ele estava brincando” – que os autorizam ao ócio –, ou “isso não é coisa para menino”, “homem não repara nessas coisas” – que naturalizam o privilégio – e os deslocam da posição de também responsáveis e reforçam a assimetria entre os papéis de gênero no espaço familiar. Gesto de identificação emerge em comentários que relatam experiências de responsabilização precoce. Em um deles (figura 3), a usuária afirma: “*Eu nunca pude ser criança: fui faxineira para minha mãe desde os 5,6 anos*”, enunciando práticas concretas de cuidado e trabalho que a inscrevem, desde cedo, na posição de quem cuida. A formulação “*não tive tempo pra ser criança*” atualiza sentidos historicamente estabilizados sobre a feminização do cuidado e produz um efeito de evidência, como se sua trajetória pessoal confirmasse aquilo que o post enuncia.

Figura 3 – Comentário de Instagram

Eu nunca pude ser criança: fui faxineira para minha mãe desde os 5,6 anos. Depois cuidava da minha irmã, quando ela nasceu eu tinha 6 anos, eu lava as fraldas, dava banho, dava papa pra minha mãe ir trabalhar, depois quando eu estava com 12 anos nasceu meu irmão mais novo, cuidar dele era minha obrigação, enfim, em meio a tudo isso, eu não tive tempo pra ser criança e não tinha ninguém pra cuidar de mim, faço análise pra tentar ressignificar tudo isso, não é fácil 😞

Responder



Nos últimos 2 anos, a expressão “síndrome da filha mais velha” circulou amplamente nas redes sociais, após o surgimento do conteúdo (aqui mencionado anteriormente), para descrever o conjunto de comportamentos de hiper-responsabilidade, necessidade de controle e dificuldade em impor limites frequentemente atribuídos às filhas mais velhas. Apesar disso, o termo não constitui um fenômeno psicológico, mas um acontecimento discursivo que atualiza sentidos sobre a responsabilização precoce. No

Fonte: *Instagram @contente.vc* *TikTok*, adolescentes e jovens mulheres relatam vivências de sobrecarga emocional e prática, reinscrevendo na esfera pública aquilo que tradicionalmente se produziu no silêncio doméstico. O funcionamento da palavra “síndrome” materializa, na linguagem, um deslocamento: o que antes aparecia como “natural” — cuidar dos irmãos, organizar tarefas, vigiar comportamentos — passa a ser nomeado como fardo e como injustiça. Nesse movimento, observa-se o tensionamento entre a memória discursiva do cuidado feminino e a emergência de uma posição-sujeito que problematiza tal naturalização.

Esse funcionamento não é indiferente às condições materiais de existência. 83,4% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família são chefiadas por mulheres, uma articulação entre gênero e classe na produção da posição-sujeito filha mais velha; também racializada: documento institucional⁹ recente indica que as mulheres pretas e pardas representam aproximadamente 73% das responsáveis familiares, o que aponta que a sobrecarga do cuidado e da gestão doméstica recai, de maneira mais intensa, sobre mulheres negras e pobres. Essa materialidade demográfica e socioeconômica reforça que a responsabilização precoce atribuída à filha mais velha incide, majoritariamente, sobre meninas negras, cuja infância é frequentemente comprimida ou deslocada em favor da manutenção doméstica e afetiva da família.

Assumir a AD materialista como dispositivo teórico-metodológico implica recusar leituras psicologizantes ou empiristas desses fenômenos e compreender que a interpelação da menina como cuidadora se dá no entrelaçamento entre língua, história e ideologia. Como lembra Pêcheux (1975), é pela ideologia que o indivíduo é convocado a ocupar determinada posição-sujeito, e é pela língua que esse assujeitamento se materializa. Assim, analisar a posição-sujeito filha mais velha significa compreender as formações discursivas que produzem sentidos de dever, renúncia e maturidade precoce, bem como os deslocamentos que tornam possível resistir a esses sentidos.

Nas SD1 e SD2 observamos um tensionamento central em torno do significante “meninas”, cujo funcionamento discursivo não é homogêneo. Em “pare de criar meninas que precisam cuidar de todo mundo”, a análise do funcionamento do encadeamento sintático (Indursky, 2011, n.p.), que opera por restrição, delimita, dentro do termo “meninas”, um subconjunto específico que produz, ao mesmo tempo, tanto um efeito de exclusão quanto de diferenciação, vez que aponta quais são objeto de análise: aquelas cuja socialização é marcada pela responsabilização precoce. Trata-se, portanto, de um dizer que indica que nem todas as

⁹ Segundo relatório oficial, o Programa Bolsa Família promove proteção social direcionada a mulheres negras, reconhecendo que elas são particularmente vulneráveis às desigualdades de gênero e raça. Programa Bolsa Família Promove Proteção Social às Mulheres Negras. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/2025/informe_bolsa_familia_n_98.pdf. Acesso em: 21 nov. 2025.



meninas são criadas para cuidar, e que essa imposição recai com maior intensidade sobre meninas pobres e negras, inscritas em condições materiais de existência que naturalizam o trabalho doméstico e afetivo como destino. Já em “elas são só meninas”, emerge outro funcionamento do significante, no qual projeta-se a possibilidade de uma infância plena, associada ao direito de brincar, ao erro e à despreocupação. O advérbio “só”, ao funcionar como elemento restritivo, faz operar um gesto que aponta para um universo no qual a infância poderia ser vivida como tal, em que meninas podem ser “apenas crianças”, “não adultas”, “vulneráveis”, universo esse que já existe para algumas meninas, mas não para todas, que têm suas infâncias atravessadas por experiências como cuidadoras, faxineiras, responsáveis pela casa. Nesse sentido, funciona como contraformulação porque, ao mesmo tempo em que reivindica que essas meninas sejam reconhecidas como crianças, textualiza que há meninas que nunca puderam “ser só meninas”.

Considerações finais

A análise das duas sequências discursivas aponta que o funcionamento do discurso sobre a filha mais velha se dá na tensão entre memórias e deslocamentos. A memória discursiva estabelece, dentre outros, o vínculo naturalizado entre feminilidade e cuidado; é a partir dela que sentidos como “menina responsável”, “menina que ajuda”, “menina madura” se tornam evidentes no senso comum. Essa memória não é aleatória: ela está ancorada na divisão sexual do trabalho, na história da domesticidade, na racialidade que constitui a formação social brasileira e no modo como a sociedade produz o corpo feminino como corpo para o outro.

Ao inscrever o cuidado como destino, esses discursos produzem a adultização precoce da menina, comprimindo sua experiência da infância. A análise das SD1 e SD2 aponta para sentidos que colocam o sujeito enquanto aquele que reivindica sua infância porque ela já foi negada pelas formações discursivas que o interpelam. Os sentidos de crítica formulados nas SDs enquanto contradiscursos tensionam a evidência naturalizada do cuidado feminino e produzem deslocamentos importantes: nomeia aquilo que era silenciado, questiona o que parecia óbvio, reinscreve a infância como tempo legítimo. Nesse movimento, emerge uma posição-sujeito que não apenas denuncia a sobrecarga, mas também reivindica: reivindica o direito à infância, ao não cuidar, à autonomia. Ela transforma o sofrimento em discurso e o discurso em possibilidade política.

REFERÊNCIAS

- CESTARI, Mariana J.; CHAVES, Tyara Veriato; FRANÇA, Glória. Todo mundo fala pretuguês, principalmente quem não fala. **Conexão Letras**, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/132808>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- FONTANA, Mônica G. Zoppi; CESTARI, Mariana Jafet; “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil”. **RUA**, ed. esp., 2014. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 42. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.